

ATA DA 4.ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DO ESTADO DO PARANÁ, EM 17 DE MARÇO DE 1947

Presidencia do sr. João Chéde, secretariado pelos srs. Pinheiro Júnior e José Machuca.

As 14 horas procede-se á chamada e verifica-se a presença dos srs.: João Chéde, Pinheiro Júnior, José Machuca, Alcides Pereira Júnior, Al- do Laval, Aldo Silva, Alvir Riesemberg, Anisio Luz, Lustosa de Oliveira, Santos Filho, Atilio Barbosa, Avelino Vieira, Ostojá Roguski, Edgar Sponholz, Felizardo Gomes da Costa, Accioly Filho, Lacerda Werneck, Marés de Sousa, Guataçara Borba, Helio Setti, Iracy Viana, Alves Baceilar, José Darú, Vieira Neto, Ribeiro dos Santos, Julio Buskei, Julio Xavier, Climaco da Silva, Lineu Novais, Portugal Tavares, Lopes Munhoz, Ovande Ferreira do Amaral e Silva, Firman Neto, Rivadavia Vargas e Zagonel Passos (36), e ausencia do sr. Ernani Benghi, com causa justificada.

ABRE-SE A SESSÃO

E' procedida a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada.

O 1.º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

OFICIO: — Do dr. Raul Vaz, comunicando haver assumido o cargo de Diretor do Departamento das Municipalidades; Do Presidente da Sociedade União dos Homens de Cór, enviando exemplares de seus Estatutos, para serem distribuidos aos srs. Deputados;

— Do dr. Mário Montanha Teixeira, Secretario do P. R. P., formulando votos para o bom êxito dos trabalhos legislativos.

TELEGRAMA: — Do sr. Inspetor da Alfândega de Paranaguá apresentando cumprimentos pela instalação da Assembléia Legislativa,

Do expediente consta, ainda, um oficio do sr. deputado Alcides Pereira Júnior, comunicando á Casa que a Comissão designada para elaborar e redigir o projeto do Regimento Interno já deu inicio aos seus trabalhos, e que foram eleitos para Presidente e Relator da citada Comissão, os senhores Alcides Pereira Júnior e Ostojá Roguski, respectivamente.

Há também sobre a mesa um Pedido de Informação assinado pelo sr. deputado Antonio dos Santos Filho, lido pelo sr. 1º Secretário e nos seguintes termos:

Pedido de informação

O deputado Antonio dos Santos Filho, signatário deste pedido, no

uso de suas prerrogativas, traz a esta Assembléia o seguinte pedido de informação sobre o assunto que segue:

Tendo a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda alterado a taxa sanitária da cidade de Paranaguá, majorando-a em quase 100% em média e não se justificando o referido aumento, arbitrário e sem compensação, uma vez que continua o referido serviço com a mesma deficiência, em nada melhorado e mesmo em pior situação, solicita o signatário deste pedido:

Informe

A referida Secretaria, os fundamentos de tais alterações profundamente prejudiciais à combalida economia popular daquele Município, cuja população espera seja revogada tal medida por contra-producente, lesiva, arbitrária e injusta

Justificação

Assim justifica o signatário este pedido:

a) Não permitindo, sabiamente, o Governo Federal a majoração dos aluguéis de imóveis, não será justo que o nosso Governo altere as taxas que sobre êles incidem.

b) O serviço de Água e Esgoto da cidade de Paranaguá, é deficiente o que se prova por:

1.º — Os bairros do Rocio, Porto D. Pedro II, Costeira, Junqueira; as ruas que ligam o Porto D. Pedro II à cidade e inúmeras outras veem-se privadas, algumas, por vezes e outras quase sempre, do precioso líquido indispensável à existência.

2.º — Periódica e sistemáticamente suprime-se o abastecimento da cidade pelo fechamento da rede de distribuição, para poder atender o abastimento do Cais do Porto, o que prova a incapacidade de atender à totalidade da população.

3.º — O próprio Governo do Estado, reconhecendo essa deficiência, está construindo uma caixa reservatório na Praça Pires Pardinho, numa tentativa de solução à situação afeita da população daquele Município, a qual até agora tem pago, adiantadamente ao Estado, por uma causa que não tem recebido

Concluindo

Não visa este pedido de informação, obstruir ou embaraçar a ação governamental e sim colaborar com ela para que se atendam os justos anseios de uma população sacrificada por múltiplos e vários fatores, sobejamente conhecidos por todos que lhes conhecem os problemas

Sala das Sessões, em 17 de março de 1947.

a) **Antonio dos Santos Filho**

O SR. PRESIDENTE: — Terminada a leitura do expediente, tem a palavra o deputado sr. Júlio Buskei, anteriormente inscrito.

O SR. JÚLIO BUSKEI: — Pedi a palavra, sr. Presidente, para encaminhar á Mesa a seguinte proposição: (lê)

Proposição

“O Deputado infra assinado, no uso de suas prerrogativas, vem, pela presente, requerer á Mesa o seguinte:

considerando que no interior do Estado, em muitos Municípios, numerosos agricultores tiveram as plantações de trigo e de centeio grandemente prejudicadas pela praga dos acrídios, de modo a serem quase nulas as colheitas dos referidos cereais;

considerando que, por êsse motivo, os nossos agricultores se ressentem da escassez de sementes para a próxima plantação;

considerando que a época de semeadura de trigo e de centeio na zona sul do Estado, terá lugar nos meses de maio e junho próximos:

considerando ainda a vigente dificuldade de transportes em nosso Estado;

considerando enfim que cumpre ao Governo do Estado, por meio de órgãos competentes, providenciar a remessa de sementes;

REQUER, sejam solicitadas a esse Governo, por intermédio desta Casa, urgentes providências no sentido de que se remetam sementes selecionadas de trigo e de centeio de qualidade mais adaptável ao nosso clima, e que se peça das Prefeituras Municipais a relação nominal dos agricultores interessados, bem como a quantidade de que cada qual necessita".

Sala das Sessões, em 17 de março de 1947.

a) Júlio Buskei

O SR. JÚLIO BUSKEI: — Faço esta proposição em virtude de conhecer de perto as necessidades dos agricultores do interior. Muitos deles tiveram suas colheitas completamente destruídas. Outros que colheram, não conseguiram mais sementes próprias para plantação, porque há necessidade periódica de se trocarem as sementes, pois, no caso contrário, a planta degenera. Creio que os Srs. compreendem perfeitamente que a medida é justa à plantação de trigo e centeio.

E' necessário que o Governo Estadual, por meio de seus órgãos competentes, tome as medidas necessárias para que, em devido tempo, as sementes sejam recebidas. Srs. Deputados, com essa proposição solucionaremos o caso do trigo do Paraná, que é considerado um de seus grandes produtores, dessa forma livrando-nos da importação e tendo trigo suficiente para o nosso consumo.

O SR. ALDO SIVA: — Sr. Presidente, pela ordem peço a palavra

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ALDO SIVA: — Sr. Presidente, nobres Deputados. Venho tomar o precioso tempo desta Assembléia afim de que preservando, como é de nosso intuito permanente, os interesses de nosso Estado, esta Casa se pronuncie, fazendo chegar ás mãos de sua. excia., o sr. presidente da República general Eurico Gaspar Dutra, um apêlo veemente que refletiria o sentir de todos os paranaenses, encarecendo ao chefe da Nação a necessidade do prosseguimento dos trabalhos da rodovia Ponta Grossa-Fóz do Iguaçú. Este apêlo, feito por esta Assembléia cresceria de significação e reforçaria os trabalhos feitos junto ao Presidente da República e altos poderes do Brasil, para ser conseguindo este objetivo.

A rodovia Ponta Grossa-Fóz do Iguaçú, é de primordial importância para o nosso Estado, e consequentemente, para o progresso do Brasil. Notório é que essa rodovia seja também de interesse econômico de nossa Pátria. A sua importância não carece ser discutida, porque já é muito do conhecimento, não só dos paranaenses, mas de todos os brasileiros que se interessam pelos problemas de nossa terra. Além do caráter econômico e suas conseqüências de caráter social pelo desemprego dos trabalhadores utilizados na construção, é de interesse estratégico, nesta hora de apreensões bélicas.

O sr. Vieira Neto: — Guerra? Mas guerra contra quem?

O SR. ALDO SIVA: — Vossa Excia. conhece o rifão: "Sivis pacem parabellum".

O sr. Vieira Neto: — Preparemo-nos então defendendo os povos sul-americanos.

O SR. ALDO SIVA: — E' preciso prevenir, porque é melhor prevenir do que remediar.

O ilustre secretário de seu Partido, falando aos jornais sobre a possibilidade de uma guerra, declarou que, no caso de uma guerra ser verificada, estaria ele e o seu partido, com certa potência estrangeira, e não com o Brasil.

O sr. Vieira Neto: — Não foi isto que Luiz Carlos Prestes disse na Câmara. Ele disse que o Brasil devia colocar-se contra qualquer guerra imperialista. Não somos partidários de guerra de conquista. V. Excia. não desprestigue suas palavras.

O SR. ALDO SIVA: — Esta foi a explicação rôta que surgiu depois das

declarações intempestivas do ilustre líder comunista, Luiz Carlos Prestes.

Dizia eu que o problema dos trabalhadores da rodovia oferece um aspecto social que é preciso ser encarado com a devida serenidade por todos nós. O número de empregados na construção dessa rodovia, multiplicado pelo número de pessoas de cada família, e, multiplicado ainda pelo número de pequenos comerciantes e industriais e das pessoas das famílias dos operários empregados nas atividades inter-dependentes do prosseguimento da estrada. Todos nós sabemos dessa multiplicidade e que todos dependem desse fator econômico. Milhares de operários são empregados nesse empreendimento. Se contarmos uma média de 5 pessoas existentes em cada família, teremos uma grande coletividade dependente desta tarefa; pessoas que comem, vestem e vivem como todo o mundo. Isto lança um reflexo muito perigoso para a vida social de nosso Estado. Quantas famílias atiradas na miséria! Posso afirmar que as consequências dessa concentração de grande número de operários desempregados bruscamente, criou uma situação aflitiva, também para as populações da zona onde exercem suas atividades. Nos jornais houve notícias de assaltos em que os operários procuravam, de qualquer forma, subsistir a alimentação de suas famílias.

O sr. Vieira Neto: — Criou uma situação aflitiva também.

O SR. ALDO SIVA: — E' por esse motivo que venho solicitar a atenção da Casa, pedindo que esta Assembléia se pronuncie a favor de que os trabalhos da rodovia Ponta Grossa-Foz do Iguaçu prosseguam, como se faz mistério, no interesse do Estado do Paraná e de nossa Pátria.

O SR. VIEIRA NETO: — Paço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. VIEIRA NETO: — Sr. Presidente, nobres Deputados. Inicialmente queria declarar que estamos de pleno acordo com a proposição do sr. Deputado Aldo Silva, com referência ao reinício dos trabalhos da rodovia Ponta Grossa-Foz do Iguaçu e o apelo ou sugestão ao Poder Público para realização dessa sugestão.

Não precisava, porém, S. Excia. recorrer aos motivos bélicos, às preparações guerreiras para justificar proposição que encontra pleno apoio na simples ligação fraternal entre Brasil, Paraguai e Argentina, com o intercâmbio econômico e a recuperação de grande parcela de nosso território entregue ao completo esquecimento.

O sr. Aldo Silva: — S. Excia, é de opinião que Exército deve ser extinto?

O SR. VIEIRA NETO: — Sr. deputado Aldo Silva eu não sou dessa opinião. Acho que o Exército deve ser restrinido aos efetivos de paz. Na América Latina, não há fronteiras a garantir, desde que o Brasil ama profundamente seus irmãos latinos, como ele, vítimas das mesmas condições semi-coloniais nas mãos de imperialistas ávidos.

O Constituição Federal diz que o Brasil não se empenhará em guerras de conquistas e de agressão.

Devemos lutar pela paz — porém esta não é a paz aritmética dos blocos continentais a soldo de potências agressivas, e a roboque do imperialismo yankee, mas a paz mundial, a paz total gerada na reciprocidade de tratamento e no entendimento e boa vontade entre todos os povos do mundo que só se pode fazer com a organização de uma política de consolidação da paz, de extirpação das influências imperialistas a base da libertação nacional, da união nacional, em cada país, para esse objetivo.

E' só isso que queria dizer em aditamento à proposição do sr. Deputado Aldo Silva.

O sr. Aldo Silva: — V. Excia. procurou deturpar o sentido de minhas palavras quando disse que se tratava de preparação bélica dirigida contra a Argentina.

O SR. VIEIRA NETO: — Eu não procurei; porque faria isso: Sr. Presidente, V. Excia. é testemunha de minhas palavras. Disse que bastaria o interesse econômico para justificar a proposição do sr. Deputado Aldo Silva. Disse que não havia necessidade de prepararmo-nos para novas guerras, que não eram necessários argumentos estratégicos para justificar esta proposição.

E' preciso sr. Presidente, liquidar os focos de guerras e revoluções, os focos de provocações fascistas a soldo do imperialismo yankee, e que estão pretendendo transformar o continente americano num continente de guerra E' preciso prestar a nossa solidariedade ao Povo heroico do Paraguai, em sua luta contra o tirano Morinigo, fazermos votos para que o país irmão volte a ser uma democracia, tenha uma Constituição e haja liberdade para todos os presos políticos.

Não deturpei as palavras do deputado Aldo Silva eu disse apenas que bastavam os intuições pacíficos e construtivos para justificar o reíncio da construção da rodovia Ponta Grossa-Foz do Iguaçu.

O sr. Aldo Silva: — Mas era o que V. Excia. vinha fazendo.

O SR. VIEIRA NETO: — V. Excia., com seus apartes intempestivos, é que está querendo deturpar o sentido de minhas palavras.

Sr Presidente. Passo ao assunto que me levou a ocupar a atenção dessa Casa. Chegou ao nosso conhecimento por intermédio de pessoas da maior idoneidade de que se está pretendendo remover para o Estado de Alagoas, o maquinário importado para montagem da Usina de Açucar de Morretes.

Há tempos passados, o sr. Manoel Ribas, havia entrado em entendimentos com o Inst. do Açucar e Alcool para que fôsse montado em Morretes uma grande Usina de Açucar com a produção de 60.000 sacas.

Ela viria aliviar a carência do produto, tanto mais que em face da guerra e da falta de transportes, o nosso país ficou dividido em duas unidades territoriais distintas, cada qual com economia característica — o norte precisando dos nossos produtos, o sul carecendo da produção do norte e do nordeste. — Pois bem, sr. Presidente, estes maquinários chegaram e apesar do compromisso do Governo do Estado de terraplanar e erigir edifícios convenientes, parece que pouco ou nada se fez. Infelizmente, o maquinário ali permaneceu, o Estado se desinteressou do assunto e não sabemos o que ocorreu, pois os próprios funcionários do Inst. de Açucar e Alcool, informam que o maquinário vai ser reembarcado para Alagoas, tendo sido dispensados e indenizados por aquela autarquia, os empreeiteiros da construção. Já foram vendidas 8.000 sacas de cimentos adquiridas para a construção. Somente ao que parece monta-se uma Usina que é monopólio da família Malucelli enquanto aquele maquinário é removido para o Estado de Alagoas. São informações que nos chegam ás mãos e que nos parecem fidedignas. — Seria um golpe para a nossa economia, ver-se privada desse maquinário de primeira grandeza e porque nos parece que esse assunto merece ser esclarecido, encaminhamos a Mesa da Assembléia um pedido de informações para que o Poder Público nos esclareça se de fato essas máquinas estão para ser removidas para Alagoas e quais as providências tomadas junto ao Inst. de Açucar e Alcool para que isso não se dê. Vou lêr a proposição: Lé).

"PEDIDO DE INFORMAÇÃO:

A Assembléia Constituinte Estadual, solicita ao Governo do Estado, informações sobre quais as providências que tomou junto ao Instituto de Açucar e do Alcool, no sentido de evitar que sejam removidos e embarcados para o Estado de Alagoas, os maquinários destinados á montagem da Usina de Açucar de Morretes.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1947.

(a) Vieira Neto"

O Sr. Aldo Silva: — Com a devida permissão de V. Excia, em aparte elucidativo, um tanto longo, direi o que conheço sobre o assunto.

O SR. VIEIRA NETO: — V. Excia. prestará um favor à Casa, visto como disse, recebemos apenas uma vaga informação sobre o assunto.

O Sr. Aldo Silva: — Agradeço a deferência de V. Excia. — O meu Partido também teve conhecimento do fato relatado por V. Excia., e considerando a sua gravidade, se fôsse real, tratou melhor esclarecê-lo. Foi assim que constantamos não se referirem os embarques do material da Usina de

Açucar de Morretes, que continua sendo montada, mas sim ao material de uma refinaria e destilaria que nada tem a ver com a Usina em aprêço. Essa refinaria e destilaria, apuramos, constara da exigência, que podemos chamar de "favorecedores do monopólio do açúcar", em que o sr. Barbosa Lima é diretamente interessado, porque pelo seu alto custo tornava verdadeiramente proitivas as pequenas explorações açucareiras nos demais Estados, a qual, no apaz das luzes da gestão Barbosa Lima, no Instituto do Açucar e do Alcool, fôra "afrouxada", permitindo que ficasse sem efeito o contrato anterior lavrado com o Governo do Estado, que acarretaria um empréstimo de dez milhões de cruzeiros. Sem efeito a exigência, livrou-se o Estado de pesado encargo, facultando a particulares a iniciativa da instalação da Usina e, por esse motivo, é que o material da distilaria está sendo embarcado para o Estado de Alagoas.

O SR. VIEIRA NETO: — Quero agradecer ao eminente líder do P.T.B., o esclarecimento que nos prestou, mas vê-se de suas palavras que há inteira verdade e cabimento na minha proposição.

Estão sendo removidos maquinários da Usina de Açucar e Alcool de Morretes e vê-se que, por um passe de mágica, estabeleceu-se o monopólio de uma família com relação à Usina e a dominação dos plantadores de cana, o que tudo seria altamente lesivo para a economia pública. De outro lado, removem-se maquinários, cujo valor econômico e utilidade só podem ser apreciados profundamente à base das informações reclamadas.

De fato, sr. Presidente, evidencia-se além do mais, que essa Usina de Açucar e Alcool, que devia ser montada em Morretes e que beneficiaria a todos os que trabalham na plantação de cana de açúcar, passou às mãos da família Malucelli. Estão sendo retirados os maquinários da distilaria cujo mérito econômico e utilidade para o Estado não irei discutir porque esta Casa ainda não está enfrontada no assunto que deve ser esclarecido para ser posto em outra feita em discussão. — De qualquer forma, sr Presidente, evidencia-se a oportunidade desta moção que passo à Mesa desta Casa, para que o Governo do Estado nos esclareça definitivamente a questão e com dados positivos para podermos melhor discutir o caso da Usina de Morretes e o monopólio, denunciado pelo Deputado Trabalhista, que me parece deve ser completamente ventilado nesta Casa.

É o que tenho a dizer agradecendo a colaboração democrática de meus nobres Colegas.

O SR. FIRMAN NETO: — Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o nobre deputado Firman Neto.

O SR. FIRMAN NETO: — Senhor Presidente, meus nobres Colegas.

Os gregos faziam as suas festas em honra ao sol. O povo do Paraná, promove as suas heliacas em homenagem à Lei, que se avizinha. A bancada do Partido Social Democrático, vive as emoções do povo paranaense, que se contagia da ásca candente dos ideais libertários, tocando a fimbria da legalidade. A lei volta a nortear a ação e a relação dos homens da sociedade. As normas jurídicas voltam a ser uma elaboração social. Mas quantas provações foram necessárias, quantas vicissitudes e dificuldade foram superadas. Atravessamos uma fase de um mundo conturbado e dividido por ideologias estranhas que combatiram as bases do Edifício Nacional e a própria estrutura jurídica do Estado. Estavamos como que vivendo aquela passagem bíblica da tentação, conduzidos que fomos à culminância da cidadela das ambicões e dos anseios humanos onde a Europa, orgulhosa, nos apontava e nos mostrava os esplendores de suas falsas concepções políticas. E a guerra, senhor Presidente, encontrou-nos nessa altura das cogitações político-sociais, com muitos irmãos transviados e ababelados e só o insulto lançado à face de nossa Pátria, e da nossa soberania, é que nos colocou terra-á-terra com a realidade. E terminada a guerra, esta realidade ainda mais se agigantou no nosso espírito quando voltando à vida denominada normal atomizados, sem ideias partidárias, porque os partidos não existiam, verificámos que o mero restabelecimento da ordem administrativa, da sua continuidade não gerava a ordem social. A ruptura do equilíbrio econômico criou este fantasma da era presente de câmbio-negro, da carestia da vida, das filas sintetizando a falta de pão, a falta de açúcar,

a falta de carne; a falta de transportes, a falta de banha, a falta de azeite, a falta de outros gêneros de primeira necessidade.

Mas, senhor Presidente, não basta citar os fatos, não basta referir os eventos, para simplesmente condená-los. É preciso buscar solução, é preciso colaborar, e cooperar é preciso, senhor Presidente, forjar os instrumentos capazes de dominar as influências destes fatores negativos da ordem, do progresso e da democracia.

Se a Constituição tem finalidade social, se a Constituição é a expressão de um tempo social, se os fins da Carta Magna, se os fins da Carta Estadual são justamente os fins sociais, senhor Presidente, meus Colegas, apressemos a elaboração da nossa Carta, porque por meio dela podemos servir ao povo e minorar os seus sofrimentos. E, senhor Presidente, é com grande alegria e embevecimento, que a bancada do meu partido presencia o sentido de vigilância e interesse que se evidencia nesta Casa, com relação ao assunto do povo, com relação as necessidades do povo, e dos problemas referentes ao povo. Mas a nossa bancada acha que é na Constituição que nós vamos buscar os meios de aproximação do povo, é com a Constituição que nós poderemos colaborar com o Governo, no sentido de resolver todos esses problemas. E a Constituição que vamos elaborar deve ter justamente este espírito social.

Talvez, na época em que vivemos, nos passem desapercebidas, muitas vezes, questões de estética política. Talvez não façamos obra de estética política, mas nos daremos por satisfeitos se pudermos, com a Constituição, forjar os instrumentos de fins sociais. A bancada do meu partido, senhor Presidente, está disposta a colaborar com todas as bancadas desta Casa, com a melhor das disposições, com espírito de tolerância para as idéias que aqui surgirem, para que possamos encontrar uma resultante democrática para os problemas sociais, para que possamos coordenar as energias, principalmente as energias econômicas para ajustá-las ás conveniências e ás necessidades das massas sofredoras.

Senhor Presidente, esta será a missão da bancada do P. S. P., a missão de buscar soluções por meio da lei. Invoco Alberto Torres, para dizer que as nossas dificuldades são constituidas pela falta de direção, pela falta de orientação, e eu acrescentarei pela falta de moralidade administrativa. É preciso, senhor Presidente, com estes elementos, baseados na lei, em nome do povo, encontrarmos os meios para subjugar os males que nos afigem, porque, senhor Presidente, "os problemas da produção, do povoamento, dos transportes, do abastecimento, da alimentação, da terra, e da sociedade" todos êles dependem destes elementos baseados na autoridade, para que se possa trabalhar conciliando as responsabilidades com a liberdade.

Senhor Presidente, nesta digreção que eu faço, quero bem exprimir os propósitos de meus Colegas, os propósitos desta bancada, tendo em vista os altos e sagrados interesses de minha terra.

Quero exprimir bem o sentido de nossa conduta nesta Casa, e a nossa responsabilidade diante do povo. Por isto a bancada do P. S. D., conclama todas as bancadas desta Assembléia para esta obra engrandecedora de construir a lei, e tenho a certeza que, assim pensando e compreendendo, teremos de encontrar as forças de solidariedade, para construção da grandeza do nosso Estado. Haveremos de buscar, no pensamento cristão, na nossa indole cristã, a solução para as questões sociais, e a argamassa, senhor Presidente, para segurança dos direitos dos homens. Com esta conduta marcharemos em busca da lei, porque até este momento andavamos dela fugindo, quando ela é tão necessária á vida dos povos. Eu conclamo as demais bancadas para o trabalho constitucional, desprezando as concepções personalistas, para que possamos levar esta tarefa avante, pensando sempre no interesse e na grandeza do Estado do Paraná (Palmas).

O SR. ATILIO BARBOSA: — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ATILIO BARBOSA: — Sr Presidente, nobres Colegas. Venho tratar de uma coisa relativamente pequena; é da aquisição de caminhões. Sei que o sr. Governador do Estado, procura solucionar com urgência a crise

dos transportes. A Associação Comercial do Paraná está desenvolvendo suas atividades, e até eu também participei desse movimento, para que nos libertemos das dificuldades de transportes. Tenho sido algumas vezes procurados por homens do trabalho que desejam ser proprietários de caminhões para o transporte de cereais, e com eles tenho dado os passos necessários para conhecer a causa da dificuldade da compra desses caminhões. Estive na Casa Nickel, na Agência de Automóveis Chevrolet, na Agência Ford e soube que os caminhões podiam ser liberados, mas sómente mediante autorização da Carteira de Importação do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro. A esse respeito falei com um alto funcionário que superintende o Almoxarifado do Estado, que afirmou termos tido uma remessa de 25 caminhões, mas que sómente cinco podiam ser dados aos pretendentes que houvessem depositado em dinheiro, por adiantamento. Os outros vinte serão distribuídos pelas prefeituras de Curitiba e Ponta Grossa. Eu acreditei no que afirmou esse alto funcionário, porque é do meu dever dar crédito às asserções de um chefe de repartição. Penso que, adotado essa medida, os outros interessados não terão a vez de receber os seus caminhões. Apenas os mais ricos, ou aqueles que sabem jogar com avisos de Bancos podem obter as suas petições. Mas os pequeninos, sr. Presidente, estes ficarão preteridos nos seus interesses, e a crise de transporte continuará sem solução. Eu que represento um dos municípios de maior produção de cereais, peço que V. Excia., depois, de ouvir os nobres Colegas que ilustram esta Casa, sobre o assunto, envie um telegrama para a Carteira de Importação do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro para que dê autorização à Agência na venda dos caminhões, para liberar a distribuição desses caminhões aos necessitados que não podem ter depósitos anteriores nos Bancos, mas que os pagarão à vista. Esta medida não a peço apenas para meu município, deverá ser aplicado a todo o Estado, para que, desta maneira, possa-se fazer, uma situação regular, afim-de que as mercadorias tenham livre trânsito, e se estabeleça concorrência honesta, que é a forma mais acertada de atender à economia e à própria vida do Estado.

O SR. FELIZARDO GOMES DA COSTA: — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. FELIZARDO GOMES DA COSTA: — Senhor Presidente, pedi a palavra para fazer um esclarecimento sobre a posição da nossa bancada nesta Casa.

Inicialmente, porém, desejo congratular-me com os colegas e a Mesa, pelo auspicioso acontecimento da adoção do Regimento que deverá nortear os trabalhos constitucionais desta Casa. Inegavelmente, senhor Presidente e nobres colegas, o Paraná, reinicia a sua vitoriosa marcha, para o campo da legalidade, e devemos ter fé nos seus grandiosos destinos, e confiança no seu governo e nos representantes do povo que sob a inspiração do amor à liberdade, de apêgo à ordem jurídica, de repúdio à usurpação e à violência, de compreensão e tolerância, de ordem e progresso, saberão realizar um trabalho honesto e eficiente, em prol dos problemas que afligem o nosso povo nestes instantes críticos de nossa vida. Possivelmente, sr. Presidente e nobres colegas, poderá parecer estranho que a nossa bancada, considerada da oposição, ainda não se dispusesse a apresentar qualquer pedido de informes aos poderes constituidos do Estado. Efetivamente, ainda não consideramos oportuno inquirir o governo do nosso Estado não porque consideremos normal a situação pela qual passamos e concordemos com todas estas anormalidades que se passam no nosso Estado. Absolutamente não, senhor Presidente e caros colegas. Desassombroadamente nós protestamos, e mais que isto, nós lamentamos profundamente os desmandos e as injustiças dos "boas vidas" que se instalaram no nosso governo, atirando o nosso Estado para um caos ainda maior do que aquele que se debatia no período ditatorial, embora tenha particularmente o nosso Estado, recebido realizações meritórias, mas num período em que a ordem e a justiça eram postergadas ante a usurpação e a violência.

Mas a nossa bancada, senhor Presidente, estará vigilante, e fiscalizará os atos do governo apontando nos momentos oportunos todas as falhas,

desmandos e imoralidades que se pratiquem. Mas senhor Presidente, no momento ainda não julgamos oportuno fazer êstes pedidos de informações ao governo. O governador do nosso Estado, empossou-se há bem poucos dias, e Sua Exceléncia já fez declarações à imprensa, e em palestra na Associação Comercial, já manifestou a sua bôa vontade em resolver os mais altos problemas do nosso Estado, como sejam o problema do leite, o problema da carne, o problema do azeite. Tratou, também, das vias de comunicações, e nós depositamos, antes de tudo, confiança na sinceridade das palavras de Sua Exceléncia. Esperamos os resultados, á margem destes acontecimentos, e praza-os Deus, senhor Presidente, que não chegue o momento em que tenhamos de mirar o objetivo, de atirar o primeiro tiro, senão de protesto mas de alerta á ordem e á justiça, pelo bem-estar da coletividade. Eram estes os esclarecimentos que eu queria prestar, e, ao mesmo tempo, eu quero declarar e concluir os nobres colegas, para que trabalhemos com harmonia dentro desta Casa, evitando quanto possível as discussões inoportunas, para que possamos dispensar o máximo de esforços e tenhamos uma Carta Política digna do nosso Estado, dentro do prazo prescrito pela Constituição Federal, para evitar, dissabores futuros.

São êstes os nossos desejos. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE: — A Mesa declara que o pedido formulado pelo senhor deputado Santos Filho será encaminhada à repartição competente. A mesma declaração faz quando à proposição do senhor deputado Júlio Buskei. Igualmente a Mesa tomou na devida consideração o pedido do sr. deputado Aldo Silva e encaminhará a solicitação do sr. deputado Atilio Barbosa.

Encerrada a Hora do Expediente, passa-se a

ORDEM DO DIA

Não havendo trabalhos sobre a mesa, encerro a sessão, designando uma proxima para amanhã, dia 18, á hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

Trabalhos Regimentais

Levanta-se a sessão.